



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

### SENTENÇA

Processo nº: **0012372-73.2016.8.26.0566 - Controle nº 2016/001980**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento Provisório de Sentença - Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Vitoria Santana Teixeira**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Vistos.

Trata-se de pedido de cumprimento de sentença que reconheceu a exigibilidade de obrigação de fazer promovido por **V.S.T.**, representada por sua genitora, em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e da FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando o cumprimento da tutela de urgência já deferida.

Os requeridos foram intimados para o cumprimento da obrigação no prazo de 72 horas.

A Fazenda Pública do Município de São Carlos informou que a criança está sendo atendida.

Os executados não ofertaram impugnação.

A autora informou que o acompanhamento está sendo fornecido.

É o relatório.

Decido.

Diante da informação de que houve fornecimento do tratamento médico requerido no presente expediente, fato confirmado pela autora, declaro satisfeita a obrigação e julgo extinto o presente cumprimento de sentença o que faço com fundamento no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder a condenação da Fazenda do Estado de São Paulo em honorários advocatícios, ante o teor da Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça.

Não há condenação em custas processuais, ante o disposto no artigo 6º da Lei 11.608/2003.

Diante da regularização do fornecimento do tratamento, deixo de condenar o município ao pagamento de honorários advocatícios, bem como deixo de impor penas



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

de litigância de má-fé e de determinar extração de cópias para apuração de crime de desobediência.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

P.I.

São Carlos, 12 de julho de 2017.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**